



# Anais da Assembleia

Nº 34

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

50/82

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Airton Cordeiro e Túlio Zanchet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagem:

(MENSAGEM 49/82)

Curitiba, 19 de abril de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a reestruturação dos cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal desse Poder Legislativo.

O Plano de Lei incluso consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, a partir de trabalho preliminar elaborado sob a responsabilidade da Comissão Executiva dessa augusta Assembleia e procura guardar compatibilidade e harmonia com o tratamento que vem sendo dispensado aos assuntos de pessoal dos demais Poderes do Estado.

Outrossim, conforme consta do Ofício 173/82, dessa Presidência, solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada por essa augusta Assembleia Legislativa na forma prevista pelo § 3º do Artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora encaminhada a essa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e estima.

Art. 1º — O Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria da Assembleia Legislativa passa a ser o constante do Anexo I — Tabelas I, II e III da presente lei.

Art. 2º — A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II — Tabelas I, II e III.

Art. 3º — Os atuais ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A, B, C e D, ficam classificados na seguinte forma e nos termos do Anexo II, Tabela I:

I — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos cargos de Assessor Legislativo A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de diploma de Bacharel em Direito, nos cargos de Assessor Legislativo B;

II — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de diploma de Contador, Técnico em Administração e de Economista, nos cargos de Assessor Administrativo A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de diploma de Contador, Técnico em Administração e de Economista, nos cargos de Assessor Administrativo B;

III — os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo A e B, portadores de outros diplomas de nível superior, nos cargos de Assistente de Comissão A; e os ocupantes dos cargos de Assessor Técnico Legislativo C e D, portadores de outros diplomas de nível superior, nos cargos de Assistente de Comissão B;

IV — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, portadores de diploma de Médico, no cargo de Médico “B”, nível 5;

V — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, C e D, portadores de diploma de Médico, no cargo de Médico “C”, nível 6;

VI — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, portadores de diploma de Cirurgião Dentista, no cargo de Dentista “A”, nível 5;

VII — os ocupantes do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, C e D, portadores de diploma de Cirurgião Dentista no cargo de Dentista “B”, nível 6.

Art. 4º — Os atuais ocupantes de cargo de carreira de Assistente Legislativo, portadores de diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Consultor Legislativo B, os que atualmente se encontram classificados no nível 3;

II — no cargo de Consultor Legislativo C, os que atualmente se encontram classificados nos níveis 4 e 5.

Art. 5º — Os atuais ocupantes de cargos de carreira de Assistente Legislativo, portadores de diploma de Técnicos em Administração, Economia e Ciências Contábeis, ficam classificados na seguinte forma:

I — no cargo de Consultor Administrativo “A”, os que atualmente se encontram classificados no nível 3.

II — no cargo de Consultor Administrativo “B”, os que atualmente se encontram classificados nos níveis 4 e 5.

Art. 6º — Os atuais ocupantes de cargo de carreira de Assistente Legislativo que não possuam a qualificação prevista nos arts. 4º e 5º, ficam classificados na seguinte forma:

I – no cargo de Secretário de Comissão A, os que atualmente se encontram classificados no nível 3.

II – no cargo de Secretário de Comissão B, os que atualmente se encontram classificados no nível 4.

III – no cargo de Secretário de Comissão C, os que atualmente se encontram classificados no nível 5.

Art. 7º – Aos níveis iniciais dos cargos constantes do Anexo II, Tabela I, terão acesso os funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, portadores de diploma dos cursos superiores pertinentes, após processo seletivo de caráter competitivo.

Parágrafo único – Abrir-se-á concurso público para provimento dos eventuais cargos remanescentes, somente após a classificação dos funcionários que preencham os requisitos deste artigo.

Art. 8º – A Comissão Executiva promoverá, por Decreto Legislativo, dentro de trinta (30) dias, o enquadramento dos funcionários efetivos do Quadro de Pessoal, à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta lei.

Art. 9º – As especificações de classes, compreendendo qualificações, atribuições e responsabilidades dos ocupantes dos cargos constantes do Anexo II desta lei, serão definidas e estabelecidas por Decreto Legislativo.

Art. 10 – O cargo de provimento efetivo de Médico, da Parte Suplementar, constante do Anexo I, será extinto, quando vagar.

Art. 11 – Os funcionários que, na data desta lei, estejam

exercendo há mais de um ano, por Decreto Legislativo, as funções relativas à Secretaria de Comissão Técnica, sem qualificação profissional universitária, poderão ser classificados na classe única de Auxiliar de Comissão, de acordo com Anexo I, Tabela II, extintos ao vagarem e os portadores de formação de nível universitário, no cargo de Assistente de Comissão “B”, nível 7.

Art. 12 – A promoção de um cargo para outro, dentro de cada série de classes constantes do Anexo II, far-se-á nos termos da legislação vigente.

Art. 13 – Os ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional – Assessoramento e Atividades Superiores, constantes do Anexo II, Tabela I, perceberão a gratificação de produtividade correspondente à prevista na Tabela constante do Anexo III.

Parágrafo único – Os efeitos financeiros decorrentes do previsto neste artigo serão devidos a partir de janeiro de 1982.

Art. 14 – Ficam mantidos os requisitos e condições estabelecidos para o provimento de cargos em comissão do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 15 – Aos servidores inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, aplicam-se as disposições da Lei nº 7517, de 05 de novembro de 1981.

Art. 16 – As despesas com a execução da presente lei, correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 17 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ANEXO I**  
**TABELA I**  
**CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**  
**GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E ATIVIDADES SUPERIORES**  
**AL – 100**  
**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: NÍVEL UNIVERSITÁRIO**

CÓDIGO NÍVEL	Nº de Cargos	Denominação
AL 100.1	13	Consultor Legislativo A
AL 101.2	16	Consultor Legislativo B
AL 101.3	18	Consultor Legislativo C
AL 102.3	03	Secretário de Comissão A
AL 102.4	04	Secretário de Comissão B
AL 102.5	05	Secretário de Comissão C
AL 103.3	04	Consultor Administrativo A
AL 103.4	02	Consultor Administrativo B
AL 104.6	48	Assessor Legislativo A
AL 104.7	30	Assessor Legislativo B
AL 105.6	09	Assistente de Comissão A
AL 105.7	14	Assistente de Comissão B
AL 106.6	08	Assessor Administrativo A
AL 106.7	10	Assessor Administrativo B
AL 107.4	01	Médico A
AL 107.5	02	Médico B
AL 107.6	07	Médico C
AL 108.5	01	Dentista A
AL 108.6	02	Dentista B
AL 105.4	01	Médico (artigo 10)

ANEXO I  
TABELA II  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO – AL-200

CÓDIGO NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
AL 201.8	07	Taquígrafo A
Al 201.9	02	Taquígrafo B

CÓDIGO NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
Al 202.9	07	Auxiliar de Comissão

Art. 11 – Cargos extintos quando vagarem.

TABELA III  
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO  
AL – 300

CÓDIGO NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO
AL 301.11	114	Oficial Legislativo A
AL 301.12	40	Oficial Legislativo B
AL 301.13	63	Oficial Legislativo C
Al 301.14	09	Oficial Legislativo D

**ANEXO II**  
**TABELA I**  
**GRUPO OCUPACIONAL: ASSESSORAMENTO E**  
**ATIVIDADES SUPERIORES**  
**AL – 100**  
**Privativo de Funcionários portadores de Diploma de**  
**Bacharel em Direito**

<b>CÓDIGO NÍVEL</b>	<b>SÉRIE DE CLASSES</b>
AL 101.1 AL 101.2 AL 101.3 AL 104.6 AL 104.7	Consultor Legislativo A Consultor Legislativo B Consultor Legislativo C Assessor Legislativo A Assessor Legislativo B

Privativo de Funcionários portadores de Diploma de  
Técnico em Administração, Contador, Economista

<b>CÓDIGO NÍVEL</b>	<b>SÉRIE DE CLASSES</b>
AL 103.3 AL 103.4 AL 106.6 AL 106.7	Consultor Administrativo A Consultor Administrativo B Assessor Administrativo A Assessor Administrativo B

Privativo de Funcionários portadores de outros Diplomas  
de Nível Universitário

<b>CÓDIGO NÍVEL</b>	<b>SÉRIE DE CLASSES</b>
AL 102.3 AL 102.4 AL 102.5 AL 105.6 AL 105.7	Secretário de Comissão A Secretário de Comissão B Secretário de Comissão C Assistente de Comissão A Assistente de Comissão B

**ANEXO II**  
**TABELA I**  
Privativo de Funcionários portadores de Diploma de  
Médico e de Cirurgião Dentista

<b>CÓDIGO NÍVEL</b>	<b>CLASSES SINGULARES</b>
AL 107.4 AL 107.5 AL 107.6 AL 108.5 AL 108.6	Médico A Médico B Médico C Dentista A Dentista B

obs: 1 cargo de médico AL 105.4 – extinto quando vagar.

**TABELA II**  
**GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO**  
**AL-200**

<b>CODIGO NÍVEL</b>	<b>SÉRIE DE CLASSES</b>
AL 201.8 AL 201.9	Taquígrafo A Taquígrafo B
<b>CODIGO NÍVEL</b>	<b>CLASSE ÚNICA</b>
AL 202.9	Auxiliar de Comissão

**TABELA III**  
**GRUPO OCUPACIONAL: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AL – 300**

<b>CÓDIGO NÍVEL</b>	<b>SÉRIE DE CLASSES</b>
AL 301.11 AL 301.12 AL 301.13 AL 301.14	Oficial Legislativo A Oficial Legislativo B Oficial Legislativo C Oficial Legislativo D

**ANEXO III**  
**GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE**

CARGOS	VALOR
Consultor Legislativo; Assessor Legislativo; Médico	21.526,00
Consultor Administrativo; Assessor Administrativo; Secretário de Comissão; Assistente de Comissão; Dentista	20.091,00

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA aos Projetos de Lei n.ºs 90/81 e 91/81, que visam, respectivamente, a criação dos Municípios de Cantagalo e Turvo, desmembrados do Município de Guaraçuva.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) LEÓNIDAS CHAVES

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81 — que trata do Estatuto da Polícia Civil do Estado e o seu encaminhamento à Comissão Especial, a fim de que aquela Comissão reexamine a matéria, bem como a Mensagem aditiva encaminhada pelo Senhor Governador do Estado ao referido projeto.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Casa, sessão de hoje, voto de congratulações e regozijo pelo transcurso, dia 19º último, do Jubileu de Ouro da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, solenemente comemorado com várias festividades, dentre as quais se destacou a outorga de diplomas de sócio honorário aos Srs. Governador Ney Braga; Desembargador Heliantho Guimarães de Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; e arquiteto Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba, bem como diplomas de sócios beneméritos aos Srs. Segismundo Morgenstern, Secretário dos Recursos Humanos; professor Osvaldo Pilotto e Astrogildo de Freitas, únicos sócios fundadores vivos, e Professor Antônio dos Santos Filho, em nome dos ex-Presidentes da ASPP.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o pedido, se dê conhecimento do mesmo ao Sr. Odhir Gomes da Rocha, Presidente da Diretoria Executiva, Dr. Fausto Luiz Abry, Presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da referida entidade de classe, congregando hoje cerca de 50.000 servidores públicos estaduais e municipais.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes e Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, para solicitar que o traçado na Rodovia Toledo - Santa Helena passe pela avenida principal do Distrito de Ouro Verde, conforme requerimento do Sr. Vereador Wilmo Marcondes Barcellos e João Leonardi, sob requerimento de número 015/82, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) EGON PUDELL

**JUSTIFICATIVA:**

Segundo o que consta, o traçado dessa rodovia será desviado do centro do Distrito de Ouro Verde, fato esse que irá contrariar os interesses daquela comunidade, uma vez que a avenida principal teria esse asfalto evitando futuros gastos por parte do município, na pavimentação daquela avenida.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Presidente do INCRA, para solicitar seja feito um estudo e tomadas urgentes providências para que seja efetuada a arrecadação do Imposto Territorial Rural de um exercício no exercício seguinte, nos meses de abril e maio, conforme requerimento de número 023/82, do Ilustríssimo Sr. Vereador Ferdinando Borovicz Schweger, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) EGON PUDELL

**JUSTIFICATIVA:**

O atendimento ao caso em questão, irá desafogar o agricultor que vem sendo sobrecarregado de obrigações de créditos e tributos.

Ademais, essa arrecadação sendo feita no período de safras, onde o agricultor conta com mais recursos econômicos para saldar ditas obrigações e não fora de época de safras onde as dificuldades orçamentárias são mais presentes.

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a implantação de Corpo de Bombeiros em Toledo, conforme requerimento de número 017/82, do Sr. Vereador

Wilmo Barcellos Marcondes, da Câmara Municipal de Toledo.  
Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

O atendimento a essa antiga e justa reivindicação do povo toledano, irá tranquilizar uma comunidade que não possui recursos materiais nem humanos, de combate ao incêndio que atendam às exigências locais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Srs. Ministro da Fazenda, Governador do Estado e Secretário das Finanças, solicitando sejam feitos estudos e urgentes providências a fim de que seja impedida a revogação da isenção do ICM incidente sobre aves, conforme requerimento do Sr. Vereador Wilmo Barcellos Marcondes, sob o número 034/82, da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A nossa solicitação prende-se ao fato de que a revogação da isenção do ICM incidente sobre as aves, irá incidir sobre os altos custos de produção, indo atingir o consumidor, cujo poder aquisitivo atualmente é bastante precário, não lhe permitindo desse modo contar com carne de aves também na sua alimentação, visto que essa ainda é a mais barata.

Pelo exposto acima é que solicitamos das autoridades competentes no caso em tela as mais breves providências que a questão exige.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, oficie-se aos Srs. Governador do Estado, Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, solicitando providências para que sejam promovidos, por avanço vertical, para a classe "B", nível de vencimento 2, os professores da classe "A" nível de vencimento 1, que contem com mais de 20 (vinte) anos de tempo de serviço no Estado, mesmo que não tenham a habilitação exigida para tal.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### JUSTIFICATIVA:

Mais de mil professores do antigo Ensino Primário, normalistas, que contam hoje com mais de vinte (20) anos de tempo de serviço prestados ao Estado, encontram-se ainda no nível inicial da carreira do Magistério Público Estadual, sem possibilidade de serem promovidos, sendo que muitos deles já ultrapassaram do tempo exigido para se aposentarem.

A Lei Federal número 5692/71 e a Lei Complementar 07/76 (Estatuto do Magistério Público do Paraná) cerceiam aos que não possuam a habilitação específica o direito de serem promovidos, mesmo em final de carreira. Tal fato ocorreu com esses professores, embora fossem dos mais antigos do Ensino Primário do Estado.

O antigo professor do Ensino Primário, normalista, iniciava sua carreira no nível 16 do ex-Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, tendo direito, na época, à promoção para os níveis 17, 18 e 19 daquele Quadro, sem qualquer exigência legal, a não ser as normas de promoção estabelecidas por lei na época.

As promoções eram concedidas, ou por antiguidade, ou

por merecimento. Por antiguidade, considerava-se o tempo de serviço na classe ou nível. O mérito era traduzido pela escolha pessoal do Governador do Estado, dentre uma lista em que constasse o triplo de nomes relacionados para promoção, em razão do número de vagas existentes para esse tipo de promoção.

Em termos objetivos, na promoção por mérito prevalecia o critério político na escolha dos nomes a serem promovidos de uma determinada classe para outra.

Desta forma, muitos professores continuaram nos níveis 16 ou 17, enquanto que outros foram promovidos para as classes dos níveis 18 e 19, mesmo que os primeiros tivessem mais tempo de serviço que estes últimos. E das promoções, quando se davam, ninguém ficava sabendo quando e como se deram. O fato já estava consumado. Quem não tinha um padrinho político, não conseguia ser promovido.

Adveio então, o Estatuto do Magistério Público Estadual, pela Lei Complementar nº 07/76, de 22/12/76. Criaram-se novos níveis de vencimentos, correspondendo cada um a uma determinada classe. Assim, ao nível 1, correspondeu a classe "A"; ao nível 2, a classe "B". E, com o estatuto, a exigência legal da habilitação específica para cada classe e respectivo vencimento.

Mas, ao estabelecer lei específica para transpor o pessoal do magistério para seu Quadro Próprio, o Governador do Estado determinou que os professores dos antigos níveis 16 e 17, passassem para o nível 1, classe "A"; e os de níveis 18 e 19, para o nível 2, classe "B". Foi o que ocorreu por dispositivo da Lei 6892/77, de 19/07/77.

Com essa determinação legal, mais uma vez, os professores normalistas mais antigos, por ingerência da própria lei, foram novamente prejudicados em seus direitos, em vista de erros ocorridos nos sistemas antigos de promoção.

Mais recentemente, no presente ano, a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, ao conceder ascensão funcional a servidores que vinham prestando serviços em funções diferentes do seu cargo inicial de carreira, tem admitido, e merecidamente, que todos seus funcionários prestem testes seletivos, independentemente de terem ou não a habilitação necessária para a tarefa que já vinham executando há muitos anos. É uma atitude humana, digna de louvor, essa iniciativa tomada pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos.

Porque não proceder da mesma forma com esses professores que militam no Estado há mais de vinte anos, prestes a se aposentarem? Por que cercear a promoção desses professores, simplesmente pelo imperativo da lei? E as mazelas e erros do passado, quem lhes cobrará tais injustiças?

Daí, a razão de nosso requerimento

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 51/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — O art. 6º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação: "Art. 6º — . . . . ."

a) contribuição compulsória dos deputados no valor de 8% (oito por cento) do total dos subsídios, descontada em folha de pagamento.

b) contribuição da Assembléia Legislativa correspondente a 16% (dezesesseis por cento) dos subsídios.

c) contribuição do aposentado, na razão de 8% (oito por cento) do valor do benefício.

d) . . . . .

e) . . . . .

f) . . . . .

Parágrafo único: — . . . . .

Art. 2º — O art. 7º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7.º — Todas as contribuições e rendas serão recolhidas em instituição bancária estabelecida no Estado."

Art. 3.º — O artigo 8.º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8.º — A aposentadoria por tempo de contribuição, consistirá em uma renda mensal, vitalícia, de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, tomando-se por base o valor dos subsídios fixos e variáveis percebidos pelos Deputados.

§ 1.º — ...

§ 2.º — ...

§ 3.º — ...

§ 4.º — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo 3.º deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras "a" e "b" do artigo 6.º.

§ 5.º — O Deputado que exceder 24 (vinte e quatro) anos de efetivo exercício de mandato legislativo estadual, perceberá um adicional em sua aposentadoria de 4% (quatro por cento) por ano excedente."

Art. 4.º — O artigo 9.º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9.º — A pensão por invalidez será devida a associado não aposentado que se tornar inválido, total e permanentemente, para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício, de uma renda igual ao benefício da aposentadoria que teria direito.

Parágrafo único — Na hipótese do associado não tiver completado oito anos de mandato, perceberá o equivalente à aposentadoria mínima prevista no artigo 4.º desta Lei."

Art. 5.º — Fica revogado o parágrafo único do artigo 10.º da Lei 6639/74.

Art. 6.º — O artigo 11 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11 — O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo a nível estadual ou federal, remunerado, não perceberá durante o exercício do mandato, o benefício do Fundo.

Parágrafo único — ..."

Art. 7.º — O artigo 12 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 — O Deputado afastado por exercer função pública constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar, continuará recolhendo a sua contribuição de acordo com o artigo 6.º letra "a", cabendo ao órgão onde esteja exercendo a função, o recolhimento de que trata a letra "b" do mesmo artigo."

Art. 8.º — O artigo 18 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18 — O Presidente será substituído, nos casos de licença e de vaga, pelo membro mais idoso do Conselho. Nesta segunda hipótese a substituição perdurará até a eleição pelo Conselho, de novo Presidente, para completar o período, dentro de 30 (trinta) dias."

Art. 9.º — O artigo 22 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22 — A cada dois anos, se procederá o levantamento da situação econômico-financeira do Fundo, mediante cálculos atuariais, a serem realizados por técnicos idôneos, cujas conclusões serão levadas ao conhecimento da Assembléia Geral Ordinária de Associados."

Art. 10 — O artigo 24 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24 — Os recursos disponíveis do Fundo deverão ser aplicados pelo Presidente, mediante autorização do Conselho Deliberativo, em inversões rentáveis. É dispensada a autorização para aplicação em Caderneta de Poupança, ou em "Open Market" e "Over Night", estes dois últimos quando por prazo

inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único — ..."

Art. 11 — O artigo 25 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25 — ...

a) — ...

b) — ...

c) — ...

d) — ...

e) Open Market,

f) Over Night.

Parágrafo único — As operações do Fundo se farão através de sistema bancário-financeiro oficial, legalmente estabelecido no Estado."

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1982.

(a) ANTÔNIO FACCI

Apoiamto: JOSÉ TAVARES e TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado, tem como finalidade aprimorar a Lei 6639/74, a qual, com a experiência dos 8 anos de existência, mostrou algumas imperfeições que pretendemos e devemos sanar.

Verificamos, por exemplo, que na maioria dos Fundos do Brasil, a contribuição dos associados é de 8% sobre os subsídios, e o dobro da parte patronal.

Tal procedimento, se toma necessária, em vista das crescentes despesas com a folha de pagamentos dos aposentados, que a partir do próximo ano, atingirá facilmente a casa dos Cr\$ 8.000.000,00, quando hoje está em tomo de Cr\$ 1.700.000,00.

Donde concluímos que, a receita aumentará em tomo de 100%, e a despesa na faixa dos 400%.

O artigo 8.º da Lei 6639/74, cuja aplicação bastante confusa, está sendo contemplado com nova redação, que em nada vai alterar a atual sistemática no cálculo e pagamento da aposentadoria, uma vez que na prática, já está sendo aplicado.

A novidade está na inclusão do § 5.º, determinando um adicional à aposentadoria do deputado que já completou a contribuição para a aposentadoria máxima, 24 anos portanto, e que continua contribuindo em função do seu mandato.

O artigo 9.º da Lei 6639/74 está sendo alterado, de tal forma que a pensão por invalidez seja paga ao associado pelo valor proporcional ao tempo de mandato, e nunca inferior a aposentadoria mínima.

Em vista da Lei 7568/82 que beneficiou as viúvas dos ex-Deputados, sem exceção, estamos propondo a extinção da pensão de viúva pelo FEPPA.

Alteração de relevância, é sem dúvida às restrições aos aposentados quando convidados a ocuparem cargos públicos. Propomos que apenas os cargos eletivos remunerados, a nível estadual ou federal, sejam penalizados com a exclusão no pagamento do benefício da aposentadoria.

As alterações dos demais artigos não geram consequências maiores, senão uma adaptação ao que já se está aplicando.

PROJETO DE LEI Nº 52/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Município de Altamira, criado pela Lei n.º 7571, de 28 de abril de 1982, passa a denominar-se ALTAMIRA DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:



O Município de Altamira, recém criado pela Lei n.º 7571, ainda não foi instalado, razão pela qual deixamos de apresentar a documentação exigida pela Lei Complementar n.º 2 — Lei Orgânica dos Municípios.

A alteração do nome do Município que ora propomos vem atender a uma exigência legal, tendo em vista já existir outro município brasileiro com essa denominação.

O nome ora proposto tem por finalidade caracterizar o novo município com a posição geográfica dentro do território brasileiro.

Com isso apresentamos o presente Projeto de Lei que temos a certeza, contará com o respaldo deste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como todo o Paraná sabe, e principalmente as lideranças políticas, temos três candidatos a Governador do Estado, todos merecem nosso respeito, no entanto, sempre fui Governo, dentro de minhas atividades funcionais, e dificilmente fugirei deste posicionamento.

É bem verdade, que fatos políticos provocam dia após dia o recuo e talvez até chegar a contrariar certos fundamentos primordiais acima expostos, em função do comportamento de cidadãos incorporados ao PDS, que entraram pela porta dos fundos, e demagogicamente usufruem do beneplácido, passivo até, dessa incorporação.

O interessante é registrar que houve um saneamento nos partidos políticos da Oposição, e ocorreu uma poluição estrondosa de maus no partido do Governo dentro da ânsia de avolumar o partido, perdendo evidentemente em qualidade.

É porque hoje ocorre com o então candidato a Vice-Governador do PDS.

É o que hoje ocorre em Ponta Grossa, onde pessoas respeitadas, empresários, e líderes, fogem do partido do Governo atual e parece, que quando estamos tentando harmonizar surge um tal de coordenador.

Secretário de Estado, sem sensibilidade e harmonia política, pode hoje ser considerado como o divisionista do trabalho da campanha de Saul Raiz, que como administrador e profissional capaz é merecedor de nossa cooperação em prol de levá-lo ao Palácio Iguaçu. Não desmereço os demais candidatos ao Governo do Estado, pois, na convivência com Saul Raiz desde 1950, como companheiro, colega e amigo, ele tem e terá, nosso trabalho pessoal e coletivo em prol de que o povo de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, o conheçam melhor.

Só lastimo e o faço profundamente aborrecido, por contar o PDS, não com um coordenador, mas um separatista, como o foi até agora nas funções de Secretário, cargo este que lhe foi conferido e confiado pelo Governador do Estado Ney Braga.

Lastimo realmente e o faço, para que fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, o apoio que se faz para os incorporadores entre aspas, que picham sinalização de estradas, que usam e usufruem dos bens públicos para o seu próprio bem, para os que não medem esforços no sentido de corromper e viver a custa do erário público.

Lastimo de forma profunda essas incorporações ao partido do Governo que só trouxeram sensíveis e grotescas ranhuras na harmonia e paz que reinou no Governo.

É a demagogia barata e que é infiltrada no partido do Governo, prejudicando de forma irrecuperável a campanha pacífica que poderíamos ter com o colega Saul Raiz.

E, quem lavra tentos é a Oposição, que transferiu para o

PDS, o bagulho de suas hostes e que hoje riem satisfeitos e alegres. Pois, não só, realizaram o saneamento necessário, como também observaram os líderes autênticos que descontentes com a incorporação passaram para o PP e hoje vão para o PMDB.

Lastimo mesmo tudo isso.

E se não bastasse, os incorporados usufruem do trabalho por nós realizado, fazendo cumprimento com o chapéu alheio.

É o caso da linha aérea Ponta Grossa-São Paulo, inaugurada ontem.

Latimo finalmente que um cidadão, um profissional como é Saul Raiz esteja sendo instrumento do separatista que semeia a desarmonia no partido e procura tirar partido dos vermes que infunde no PDS.

É lastimável mesmo para todos nós.

E amanhã deverá ter, a não ser que o trabalho tome medidas conciliatórias a respeito da reunião, em Ponta Grossa, com a participação dos malfazejos de nossa cidade e da região dos Campos Gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente nem para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PTB. — (Ausente).

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que Vossa Excelência teria invertido, em primeiro lugar o PDS, o último que ocupou a tribuna teria sido do PDS.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não. No Grande Expediente nenhum orador ocupou da tribuna.

(Declina a Liderança do PDS).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, com o apoio dos Srs. Deputados José Tavares e Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 39/81), que dispõe sobre novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. — (Anexa Mensagem Aditiva n.º 50/82), (APROVADO O PROJETO NESTE TURNO, POR APRECIAR AS EMENDAS). Parecer FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL — COM EMENDAS — E EMENDA DE PLENÁRIO.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Peço permissão a Vossa Excelência para discutir esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que a discussão do projeto já se encontra encerrada, está em fase de votação.

Apenas as emendas. Em fase de votação as emendas. O projeto já foi votado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a emenda.

O SR. JOSÉ TAVARES — Só consulto Vossa Excelência qual a duração de tempo que teria para proceder este encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Dez minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES — Solicitaria à Mesa que me fizesse a fineza de chegar até minhas mãos o projeto.

Gostaria de consultar Vossa Excelência se está em votação a Mensagem Aditiva do Chefe do Poder Executivo ou as emendas que a Comissão Especial apresentou ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda Aditiva.

O SR. JOSÉ TAVARES — E as demais emendas apresentadas pela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Serão votadas uma a uma.

O SR. JOSÉ TAVARES — Consulto Vossa Excelência se terei direito de encaminhar a votação da emenda aditiva ou de todas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência terá direito de encaminhar todas as emendas, se assim o desejar.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado.

Sr. Presidente, o que me faz pedir a palavra, neste momento, é para fazer as seguintes alusões: — o Chefe do Poder Executivo encaminhou à esta Casa, no ano passado, um Projeto de Lei que visa reestruturar o vigente Estatuto da Polícia Civil, através de uma Lei Complementar. Tratando-se de Lei Complementar, tem então um rito especial.

Este projeto foi encaminhado à uma Comissão Especial, da qual este Deputado foi designado seu Relator, e depois de exaustiva discussão, de profundas análises, juntamente com as entidades de classe, que representam a Polícia Civil como um todo, com autoridades ligadas à Secretaria de Segurança Pública, concluímos através de um Parecer, que faz parte do presente projeto, em cujo parecer acolhemos 24 emendas.

Grande parte destas 24 emendas foram acolhidas pela Comissão Especial. Diante destas circunstâncias, resolvemos, juntamente com o Deputado José Domingos, do Partido do Governo nesta Casa, Presidente da referida Comissão, requerer a retirada de pauta, por quatro sessões, do projeto e das emendas, para que a Comissão Especial pudesse reexaminar esta situação.

O requerimento foi subscrito no dia 18 de dezembro de 1981, vasado nos seguintes termos: — “Sr. Presidente, requeiro na forma regimental, o adiamento da discussão por quatro sessões do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, constante da Ordem do Dia de hoje e o seu retorno à Comissão Especial, para reestudo. Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981. Assinado, Deputado José Domingos e José Tavares.”

Acontece, Sr. Presidente, que este requerimento, em que pese ter sido aprovado por unanimidade por este Plenário, em 18 de dezembro de 1981, o mesmo não foi acolhido no seu todo. Ou seja, o projeto e as emendas, não retornaram à Comissão Especial.

Por conseguinte, com base no artigo 140, parágrafo 10, do Regimento Interno, eu requeiro a Vossa Excelência que retire o referido projeto de discussão, para que o mesmo seja remetido à Comissão Especial, conforme constou do próprio requerimento aprovado por unanimidade por esta Casa, em 18 de dezembro de 1981. Se isto não bastasse, voltando agora o aludido projeto com as emendas sem que os mesmos, ou seja, o projeto e as emendas, tivessem sido submetidos à discus-

são ampla, pela Comissão Especial, que ainda não terminou os seus trabalhos, vem o Chefe do Poder Executivo e encaminha uma emenda aditiva, uma Mensagem aditiva ao referido projeto, alterando inclusive uma das 24 emendas que a Comissão Especial acolheu por unanimidade.

Por esta razão, não tendo o requerimento de 18 de dezembro de 1981, sido atendido, e também tendo em vista esta nova mensagem aditiva do Chefe do Poder Executivo, sido encaminhado à Comissão especial, é que requeiro, regimentalmente a Vossa Excelência para que este projeto, com as emendas, volte à Comissão Especial, para que este Estatuto, ou este projeto, com as emendas, possam receber uma melhor análise, uma análise mais prudente, uma análise mais segura, sem que se vote alguma coisa aqui nesta tarde, sem que os Srs. Deputados tomem conhecimento por completo do que estão votando. Como Vossa Excelência pode notar, nesta Casa inclusive, nesta hora, não tem nem número suficiente para o andamento da Sessão, quanto mais para discutir ou votar qualquer matéria, principalmente quando se trata de uma matéria de alta indagação, de uma matéria de grande relevância para uma das instituições mais importantes deste Estado, que é a Polícia Civil do Paraná.

Nestes termos, eu apelo a Vossa Excelência para que com base no Regimento Interno, retorne à Comissão Especial que ainda não concluiu os seus trabalhos, o anteprojeto de lei complementar, com as 24 emendas e mais esta emenda aditiva que o Chefe do Poder Executivo acaba de remeter à esta Casa para ser analisada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, novamente, a Vossa Excelência para aduzir mais alguma coisa com relação a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço a Vossa Excelência. Gostaria de aduzir mais o seguinte: — a nossa Bancada do PMDB está de acordo com os termos do projeto original encaminhado à esta Casa, pelo Sr. Governador do Estado. No entanto, tendo em vista que o projeto é um projeto de lei complementar, tendo portanto, um rito diferente dos projetos normais, ou projetos ordinários, esta Casa constituiu uma Comissão Especial para analisar a mensagem, discutí-la e finalmente, elaborar um parecer para que este parecer pudesse ser apreciado pelo Plenário.

Mas, diante do que ficou deliberado por unanimidade, pela referida comissão, nós gostaríamos de nesta tarde, apenas apelar à sensibilidade dos nobres Deputados que compõem esta Casa, no sentido de que esta matéria retorne à Comissão Especial e repito, que ainda não concluiu os trabalhos a respeito deste assunto para que esta Comissão Especial possa com mais vagar, com mais prudência, com mais tempo analisar com profundidade as emendas e, principalmente, em decorrência de um fato novo, a emenda aditiva que o Chefe do Poder Executivo encaminhou recentemente para esta Assembléia.

Então, diante Sr. Presidente, de um fato novo, que é a mensagem aditiva, do Sr. Governador do Estado, que visa alterar o anexo 2 do projeto, nós entendemos que a comissão que é competente, e, tão somente a Comissão deva ser ouvida novamente.

Repito, os trabalhos da comissão não estão concluídos. O assunto é da mais alta relevância e da mais alta indagação.

Trata-se do Estatuto da Polícia Civil do Paraná. Uma das mais antigas aspirações dessa instituição e que nós na qualidade de representantes do povo, membros deste Poder Legislativo, temos a obrigação de analisar com mais carinho, com prudência, com mais vagar para que nós possamos atingir aos objetivos da classe e conseqüentemente, os objetivos do Estado do Paraná.

Por esta razão é que faço chegar às mãos de Vossa Excelência um requerimento solicitando que seja encaminhada à Comissão Especial o projeto, as 24 emendas e a mensagem aditiva do Senhor Governador do Estado para que a comissão possa reexaminar o assunto de acordo com a relevância que ele merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, requerendo a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, para que retorne à Comissão para reexame. Em votação. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, no Município de Chopinzinho, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Sede Sulina. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor "EGAS PENTEADO IZIQUE". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o "CLUBE DO GOLFINHO" com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 40/82), que dá nova estrutura ao quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Com Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/80, de autoria do Deputado TÚLIO ZANCHET, que cria o Município de Pranchita, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, com o apoio de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos: (Lê)

**"EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 24/80"**

Art. 1.º — Fica criado o Município de Pranchita, com sede na localidade do mesmo nome e território desmembrado dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste, com as seguintes divisas: o ponto de partida fica configurado na intercepção das linhas divisórias dos lotes rurais número vinte oito (28) e trinta e seis (36) da Gleba 25-PO do Imóvel Missões, num marco cravado à margem direita do Rio Santo Antônio; segue daí, por uma linha seca e quebrada de rumos diversos, constituída pela divisa, do lote número trinta e seis (36) já descrito com os lotes números 28, 29C, 29A, 29B, 32, 33, 34, 35, 37E, 37D, 37B e 37C até encontrar o Rio Jacutinga, subindo

por este rio até encontrar a linha divisória do lote n.º quarenta e três (43) da Gleba 26 — do Imóvel Missões. Desse ponto por uma linha seca constituída pela divisa dos lotes rurais números 43 e 42 na direção nordeste, segue até a intercepção dos lotes 43, 42 e 26 da mesma gleba; deste ponto em direção sudeste segue pela linha seca que serve de divisa entre o lote 26 e os lotes n.ºs 42, 41, 40, 39, 32, 31, 27 e 28, respectivamente da Gleba 26 - PO do Imóvel Missões; desse ponto, continua pela estrada carroçável, até encontrar a linha divisória do Imóvel denominado Fazenda Santa Cruz; desse ponto, prossegue em linha reta e seca até encontrar o limite dessa Fazenda com a Gleba n.º 10-PO do Imóvel Missões, seguindo por esta até encontrar as águas do arroio Pinhalzinho; por este desce até encontrar o Rio Lageado Grande; daí pelo Rio Lageado Grande, até a confluência do Arroio Tatetos; por este subindo até a confluência com a Sanga do Mato; deste ponto por linha seca no sentido sudeste até encontrar o arroio do Mico, por este arroio a jusante, até a sua foz no Rio Capanema; daí segue pelo Rio Capanema à montante até a foz do Rio Waldomeira; pelo Rio Waldomeira à montante até a confluência deste com o Arroio Derrubada; deste ponto em linha seca e reta na direção sudoeste até o encontro com a estrada rodoviária que liga a cidade de Santo Antônio do Sudoeste à cidade de Pranchita, deste ponto defletindo à direita segue pela divisa sul do lote número dois (2) da Gleba número 224-SA do Imóvel Missões até encontrar o Rio Santo Antônio descendo por este até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

Apoio: Lineu Turra, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso, Egon Pudell, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Valter Pietrângelo, Gernote Kirinus, João Mansur, Ezequias Losso, Nelson Buffara, Cyro Martins, Darcy Deitos, Trajano Bastos, Jurandir Messias, Fidelcino Tolentino, Atônio Facci, Paulo Camargo, Renato Bueno, Tércio Albuquerque, Luiz Alberto de Oliveira, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Deni Schwartz."

Em discussão o projeto e emenda.

Em votação a Emenda Substitutiva. — Aprovada.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE RIOS", com foro em Entre Rios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "BANCO DE OLHOS DE CURITIBA - BOC", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o "IATE CLUBE DE GUARATUBA", com sede no Município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que concede o Título de "CIDADÃ BENEMÉRITA DO PARANÁ" a LEONICE LÊA CORREIA LEAL. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 67/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de “CIDADÃ BENE-MÉRITA DO PARANÁ” a LEONICE LÉA CORREIA LEAL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Casa tem sido parcimoniosa na atribuição do título de cidadania honorária, porque entende que a honraria deve distinguir e homenagear pessoas realmente merecedoras.

O presente projeto se integra nesse espírito, quando propõe o nome de LEONICE LÉA CORREIA LEAL para figurar na galeria dos ilustres paranaenses honorários.

Seu trabalho em prol da coletividade, sobretudo no amparo aos necessitados e carentes, é conhecido e admirado não apenas em nosso Estado como em outras unidades da Federação.

Dos seus amplos méritos, é testemunha o seu respeitável “curriculum vitae”, que anexamos ao projeto e que passa a fazer parte integrante destas razões.

Tem a certeza absoluta — este parlamentar — de que a alta sensibilidade dos nobres Pares, no tocante a demonstrar gratidão a quantos se integram em nossa comunidade com espírito de cooperação e de ajuda, há de conferir a homenagem ora proposta.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 67/81

De autoria do eminente Deputado Tércio Albuquerque, objetiva o presente plano de lei conceder o título de “Cidadã Benmérita do Paraná” à Senhora LEONICE LÉA CORREIA LEAL.

Senhora de notável “curriculum vitae”, a homenageada vem desenvolvendo trabalho de grandes méritos em prol dos necessitados, principalmente à frente da FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Seu nome é conhecido e admirado não somente no Paraná, como também em outros Estados.

Cumpridos os requisitos exigidos pela Lei n.º 5638/67 e atendidas as formalidades regimentais, somos pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 128/81), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, lote de terreno, situado na sede do referido município, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 159/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, o lote n.º 8, da quadra n.º 224, com a área de 312,60 m<sup>2</sup> (trezentos e doze metros e sessenta decímetros quadrados), situado no Município de Cornélio Procópio, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 3255, do Livro n.º 3-7, do Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — A área de terreno objeto da doação de que trata o artigo anterior será utilizada exclusivamente para a construção, pela donatária, da sede de seu núcleo regional, que deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado, independentemente de qualquer inter-

pelação ou notificação.

Art. 3.º — O lote objeto da doação aqui estabelecida, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, que constarão da respectiva escritura.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 159/81

Oriundo de Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n.º 159/81, objetiva doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procópio, lote de terreno urbano, de propriedade do Estado, cujas características especifica.

É atribuição do Poder Executivo a iniciativa de lei de tal natureza, sujeita a autorização deste Poder Legislativo.

Tratando-se de doação a entidade que, sem sombra de dúvidas, presta inestimáveis serviços ao Estado do Paraná e não havendo qualquer óbice de ordem legal que se lhe possa opor, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/81, de autoria dos Deputados ADALBERTO DAROS, JOÃO MANSUR e GILBERTO AGIBERT FILHO, que concede o “Título de Cidadão Benemérito do Paraná”, a Dom BASÍLIO EFRAIM KREVEY. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 163/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de “Cidadão Benemérito do Paraná” a Dom Basílio Efraim Krevey.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1981.

(aa) ADALBERTO DAROS

GILBERTO AGIBERT FILHO

JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

D. Basílio Efraim Krevey, da Ordem de São Basílio Menor, é o único Bispo, no Brasil, da Igreja Católica Ucraniana, de Rito Bizantino, sediado na capital do Paraná.

Nascido em Ivaí Calmon, neste Estado, a 12 de dezembro de 1928, o seu pai era o imigrante ucraniano João Krevey, que convolveu núpcias com a brasileira Sofia Bardal Krevey. Filho de imigrante, dedicado às lides agrícolas, o menino Basílio conheceu as rudezas da vida, e muito ajudou a família, com o seu trabalho, enquanto fazia o curso primário na Colônia Saltinho, Município de Ivaí.

Com decidida vocação religiosa, ingressou, em 1940, no Seminário São José, dos Padres Basilianos, em Prudentópolis, onde fez o curso ginasial. Não resistindo ao chamamento do Senhor, cumpriu, de 1943 a 1944, o noviciado na Ordem de São Basílio Menor, naquele Seminário, após o que tomou o nome de Efraim. Mas, tirou o curso científico em Iracema, Município de Itaipópolis, em Santa Catarina, e cursou Teologia, de 1948 a 1952, obtendo o título de Bacharel e Licenciado, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma.

Ordenou-se padre ainda em Roma, a 12 de novembro de 1951, e a sua primeira missão desempenhou-a, a partir de 1952, na volta ao Brasil, como professor e vice-diretor do Seminário São José, em Prudentópolis. A bondade, a compreensão e o espírito de solidariedade contribuíram para torná-lo o eficiente

diretor daquele estabelecimento de 1955 a 1959. E, de 1959 a 1969, no exercício do santo magistério, foi Superior e Vigário da Paróquia São Josafat, ainda em Prudentópolis. A transferência para Curitiba ocorreu em 1969, e, já em 1970, era nomeado Provincial dos Padres Basilianos no Brasil, em vista da sua capacidade e do seu devotamento.

A nomeação para Bispo da Eparquia Ucrâniano-Católica no Brasil se deu em 29 de novembro de 1971, para alegria de todos quantos o seguiam, na trilha do Bom Pastor. A sagração se realizou, porém, a 13 de fevereiro do ano seguinte, em Roma. Sagrou-o Sua Santidade o Papa Paulo VI, em cerimônia na Basílica de São Pedro, perante altas autoridades eclesásticas.

Confirmado Bispo da Eparquia Ucrâniano-Católica no Brasil, D. Basílio Efraim Krevey percorreu a Terra Santa, havendo visitado, em demorada romaria, Belém, onde nasceu Jesus, e monte Gólgota, onde Ele foi crucificado, e o Santo Sepulcro. Essa romaria serviu de inspiração ao novo antífite, para a realização de uma obra de grande significação social e humana.

Quando padre em Prudentópolis, havia prometido a reforma e ampliação do Convento dos Padres Basilianos e a reforma da Igreja-matriz, esta um monumento arquitetônico da década de 1920. Dirigiu o Coral Paroquial e o Grupo Folclórico Ucrâniano. E, já Bispo, projetou e construiu a residência episcopal, na Vila Guaiara, e, a seguir, enveredou para as obras de construção da Cúria, do Centro Eparquial e Clube "Poltava", os últimos a serem ainda festivamente inaugurados em maio do corrente ano.

D. Basílio Efraim Krevey tem multiplicado suas atividades nos setores de assistência social e de educação. Fundou entidades que amparam a velhice, a maternidade e a infância, como fundou diversas escolas, mantidas por congregações de irmãs religiosas.

O báculo episcopal não modificou a criatura. Continua ele a ser o mesmo humilde camponês, tanto que, em suas viagens pastorais, não hesita em andar a cavalo, sem respeitar barrocas e montanhas, nas visitas às famílias de operários e de agricultores.

O Paraná se orgulha de ter um seu filho como o único Bispo da Eparquia Ucrâniano-Católica do Brasil, como é reconhecido pelo muito que D. Basílio Efraim Krevey tem realizado a favor da pobreza e da juventude.

Nessas condições, nada mais justo do que a concessão do título, que ora propomos, de Cidadão Benemérito do Paraná a D. Basílio Efraim Krevey, como manifestação de gratidão do povo paranaense.

O nosso projeto de lei é perfeitamente constitucional, e, pelo que acabamos de expor, ninguém mais indicado, do que o eminente Bispo da Eparquia Ucrâniano-Católica do Brasil, para receber, como homenagem da Assembléia Legislativa, o diploma de Cidadão Benemérito do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 163/81

##### PARECER

De autoria dos eminentes Deputados ADALBERTO DAROS e JOÃO MANSUR, objetiva o presente plano de lei conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima Dom BASÍLIO EFRAIM KREVEY,

Filho de imigrante, de origem humilde, o homenageado é o único Bispo, no Brasil, da Igreja Católica Ucrâniana.

Foi professor e vice-Diretor do Seminário São José, em Prudentópolis, neste Estado. Transferido para Curitiba, logo depois (1970) era nomeado Provincial dos Padres Basilianos no Brasil. E em 1971, era sagrado, em Roma, por S.S. o Papa Paulo VI, Bispo da Eparquia Ucrâniano-Católica no Brasil.

Sua Excelência Reverendíssima tem realizado uma obra

de grande significação social e humana, multiplicando suas atividades nos setores de assistência social e de educação. Fundou entidades que amparam a velhice, a maternidade e a infância, como fundou diversas escolas.

Exemplo de bondade e operosidade, Bom Basílio Efraim Krevey é merecedor da homenagem que ora lhe presta o povo paranaense.

Quanto ao aspecto formal, reveste-se o projeto, de todas as formalidades legais, motivo por quê somos por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 31/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

##### JUSTIFICATIVA:

O Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO, eminente Magistrado, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, através do seu profícuo e incansável trabalho junto ao Tribunal Superior do Trabalho, tem elevado o nome de nosso Estado junto a cultura Forense trabalhista nacional.

O "Curriculum Vitae" comprova a capacidade do jurista bem como da justeza da homenagem que ora propomos lhe seja outorgado pelos paranaenses, concedendo a este gaúcho a cidadania paranaense pelo seu trabalho em prol do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 31/82

##### PARECER

Objetiva o presente plano de lei, da lavra do eminente Deputado AIRTON CORDEIRO, conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO.

Hoje Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, o homenageado, gaúcho de nascimento, muito contribuiu para a cultura jurídica de nosso Estado, não somente na qualidade de professor da Universidade Católica do Paraná, mas também como conferencista na Capital e em diversas cidades do interior do Estado, como Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Os atributos desse insigne magistrado trabalhista não cabem neste diminuto espaço, mas se projetam por todo o Estado e pelo Brasil afora, onde se lhe conhecem a probidade e o alto espírito público.

Por tais razões, justa é a homenagem que ora lhe presta o Estado do Paraná.

Quanto ao processo, preenchidos estão os requisitos legais e regimentais, nada obstando à APROVAÇÃO do projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) Paulo Camargo, Presidente, Jurandir Messias, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs 90 e 91/81, respectivamente, visando a criação dos Municípios de Cantagalo e Turvo.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pelo transcurso do Jubileu de Ouro da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 06/82, que visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Hermes Macedo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 31/82, que visa conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Luiz José Guimarães Falcão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Educação, pela indicação do Professor Alcy Ramalho para ocupar o cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja concedida sessão solene para entrega de Título de Cidadão Honorário ao Dr. Aléssio Vaz Primo, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 127/80.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 81/81, que declara de utilidade pública a Associação dos Ex-Integrantes do 5.º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designado o dia 20 de maio do corrente ano, para Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor João de Medeiros Calmon.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designado o dia 15 de junho do corrente ano, para em Sessão Solene seja entregue o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Armando Soichi Iwaya, economista.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos n.ºs 08/82, 09/82 e 10/82, que criam respectivamente os Distritos de Guaiporã, Jangada a Nilza no Município de Iporã.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.º 88, 131 e 130/81, que trata da concessão do 13.º salário e n.º 131/81, que visa instituir a correção semestral de salários.— **Aprovado.**—

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando remessa de apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar estudos sobre a viabilidade de modificar a Lei n.º 7.051, de 04.12.78, na parte relativa ao Prêmio de Produtividade (arts. 75 e 76 e parágrafo único) atribuída aos integrantes da Coordenação da Receita do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Tenente Pianowski e ao Sargento Edison, integrantes do Regimento da Polícia Montada do Estado do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Pr., Secretário dos Transportes e ao Governador do Estado, encarecendo que atendam as reivindicações das lideranças da comunidade do Distrito de Ouro Verde, Município de Toledo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a criação e instalação de Agência de Rendas para Iracema, Distrito de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de mais quatro salas de aula junto ao G.E. Getúlio Vargas de Iracema, Distrito de Formosa do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, encarecendo o fornecimento dos valores de verbas concedidas ao Município de Cascavel no ano de 1981, e se essas verbas foram repassadas a fundo perdido, e caso contrário qual é a previsão e escalonamento dos respectivos pagamentos.— **Aprovado.**

**O SR. AIRTON CORDEIRO** — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

12 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quarta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/80.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 100/81 e de Resolução n.º 02/82.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 67, 144, 148, 157, 159, 163/81 e 31 e 35/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 81, 90, 91/81 e 08, 09 e 10/82.

Levanta-se a sessão.



## Atos da Comissão Executiva:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 397/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

designar o funcionário ABIB MIGUEL, matrícula nº 038, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Registros Contábeis, do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/12/81

JOÃO MANSUR – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 91/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

autorizar MEIRE TOZZONI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tavares, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 26 de março de 1982.

(Protoc. nº 1943).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22/04/82

JOÃO MANSUR – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 92/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante do despacho do Exelentíssimo Senhor Governador do Estado, em Ofício nº 1295/82, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, publicado em Diário Oficial nº 1268, de 13 de abril de 1982,

## RESOLVE:

conceder aos funcionários contratados deste Poder, o percentual de 20% (vinte por cento) de aumento sobre seus vencimentos, a partir de 1º de abril do corrente ano, desprezando-se as frações de cruzeiros.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/04/82.

JOÃO MANSUR – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI – 2º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 93/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

conceder aos funcionários contratados deste Poder, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, o percentual de 18,9% (dezoito ponto nove por cento) de aumento sobre seus vencimentos, a partir de 1º de maio de 1982, desprezando-se as frações de cruzeiros.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03/05/82.

JOÃO MANSUR – Presidente

AUGUSTO CARNEIRO – 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI – 2º Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

## PORTARIA Nº 110/82

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

designar os funcionários JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, ANTÔNIO GULBINO e ALMIR SANTOS para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância a fim de apurar irregularidades administrativas cometidas pela administradora do restaurante do 6º andar, Senhora IOLANDA MUGIATTI, conforme denúncia formulada pelo Deputado Mário Celso.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22/04/82

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

## PORTARIA Nº 111/82

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ELIO DUARTE DIAS, matrícula nº 009, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 1174).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23/04/82

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral

## PORTARIA Nº 112/82

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a contagem das férias, conforme especifica:

NILTON BUSATO – Mat. 317 – 2 meses – 1981

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS – Mat. 145 – 4 meses – 1980 e 1981

IBANEZA SANTOS SALLES – Mat. 122 – 2 meses – 1981

NELSON SILVIO SALLES – Mat. 491 – 2 meses – 1981

ATTILIO PEREIRA DE LIMA – Mat. 478 – 2 meses – 1981

(Protocs. nºs 1244, 1343, 1346, 1347 e 1382/82).

## PORTARIA Nº 113/82

alterar nos assentamentos funcionais de Marlene da Cruz Vale, matrícula nº 1155, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, símbolo 3-C, lotada no Gabinete do Deputado Jurandir Mesias, que, por motivo de casamento passou a assinar MARLENE VEIGA ROSA.

(Protoc. nº 2148).

## PORTARIA Nº 114/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 01/82, à funcionária DOROTI DA CUNHA WOLKMER, matrícula nº 088, ocupante do cargo de Taquígrafo B, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 2625).

## PORTARIA Nº 115/82

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria

n.º 01/82, à funcionária ROSÁRIA CARDOZO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 2462).

PORTARIA N.º 116/82

mandar retificar, nos assentamentos funcionais, o nome de TANIA CHEREN REINERT, funcionária da SEED, ora à disposição deste Poder, para TANIA CHEREM, conforme documentos apresentados.

(Protoc. n.º 1661).

PORTARIA N.º 117/82

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AYRTON ALVES ARANHA, matrícula n.º 413, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º

6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 11 de setembro de 1976 e 11 de julho de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. n.º 1560).

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/04/82  
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
Diretor Geral